

Aids e Mídia – A Construção da Cidadania¹

Marília de Almeida e Almeida²

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás

Resumo

É dever de todo profissional da comunicação defender os direitos do cidadão, contribuindo assim para a promoção das garantias individuais e coletivas. É sua função social, portanto, atuar a favor da construção da cidadania. No início dos anos 80, com o advento da Aids, a imprensa atuou não só como tradutora de complexos dados científicos e informações médicas, mas também como uma aliada na luta contra a disseminação do vírus e a discriminação ao portador do HIV. Recontar a história da Aids é também uma oportunidade de analisar a atuação da imprensa em relação a uma de suas principais funções sociais: a construção da cidadania e a divulgação da informação a serviço do respeito aos direitos humanos e cidadãos.

Palavras-chave

Aids; Mídia; Cidadania; Direitos Humanos; Jornalismo.

O portador do HIV e a reconstrução da cidadania

No início da década de 80, a morte de norte-americanos em decorrência de um tipo raro de câncer alertava a comunidade médica e científica sobre o possível advento de uma nova doença. A maioria dos casos registrados envolvia homens homossexuais que haviam tido relações sexuais com grande frequência e com diferentes parceiros. As mortes, na realidade, eram causadas por um vírus até então desconhecido, o HIV, causador da enfermidade que mais modificou as relações sociais e sexuais no século passado: a Aids.

Imediatamente cientistas se mobilizaram na tentativa de isolar o vírus para desvendar a doença e evitar a contaminação de milhares de pessoas. Enquanto pesquisas eram realizadas, a doença se tornava tópico de discussão no núcleo familiar, em escolas e principalmente na imprensa. Todas as hipóteses levantadas inicialmente e as demais que seriam criadas posteriormente eram noticiadas em páginas de jornais e no horário nobre da televisão e do rádio. A Aids era o novo “mal do século” e os portadores do vírus HIV o alvo a ser eliminado.

¹ Trabalho apresentado ao Intercom, na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste.

² Graduada em Comunicação Social, habilitação para Jornalismo, pela Universidade Federal de Goiás, em 2008. E-mail: mariliaalmeida@msn.com

A relação entre Aids e imprensa é indissociável. Enquanto a mídia divulga a Aids, esta garante material jornalístico para a primeira. Entre notícias publicadas e pessoas contaminadas existe uma preocupação por tempos ignorada pelo Estado, Jornalismo e sociedade: o respeito aos direitos humanos e cidadãos daqueles que portam o HIV. A mídia, responsável por impedir que o preconceito e a discriminação agredissem aquelas pessoas já debilitadas, muitas vezes agiu de forma contrária e contribuiu para a desconstrução da cidadania antes existente.

Em meio a uma sociedade em pânico com o advento no novo vírus letal, a mídia teve a função de informar e acalmar a população. Entretanto, os jornalistas – tão assustados com a doença quanto a sociedade em geral – ao traduzirem dados científicos e informações médicas para o público, acabavam deixando transparecer suas ideologias e impressões acerca da nova doença, nem sempre positivas. Contribuíam, desta forma, para o crescimento da discriminação contra os soropositivos e para o fortalecimento do estigma criado em torno da Aids.

Devido a falta de amparo por parte do Estado e ao preconceito crescente – impulsionado por sociedade, Igreja e imprensa – os portadores do vírus HIV enfrentaram e ainda enfrentam inúmeras dificuldades no contexto político, econômico e social. Assistem cotidianamente seus direitos, antes garantidos, serem ignorados. Embora os soropositivos sempre tenham podido contar com a ajuda de organizações civis, a imprensa é parte importante desta luta e não poderia ter se ausentado, como muitas vezes o fez.

Como forma de analisar a atuação do Jornalismo diante da Aids e como este contribuiu para a construção da cidadania dos portadores do vírus HIV, analisamos textos jornalísticos – reportagens e notícias – publicadas pelo jornal “O Popular”³ em dois distintos períodos: 1983 a 1997 e durante todo o ano de 2007. Procurou-se avaliar a preocupação dos jornalistas quanto a sua responsabilidade social e também os erros e acertos cometidos ao longo dos anos.

A função social do Jornalismo

O Artigo II, parágrafo 3º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece que é dever do profissional da comunicação “defender os direitos do cidadão,

³ Fundado em 1938, é o jornal mais antigo e de maior circulação em Goiás.

contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial, as das crianças, adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”. A comunicação deve ser encarada como um serviço público já que os cidadãos a utilizam freqüentemente como mediadora dos conflitos sociais. Os meios de comunicação, como espaços discursivos, constroem a cidadania e fiscalizam o respeito aos direitos do cidadão.

Para Ramos (2001), a comunicação carrega em si um novo direito social, o direito à comunicação. Esta garantia subentende não só que a sociedade tem direito a ter acesso aos meios de comunicação como também a informações corretas, desprovidas de preconceitos e realistas quanto às possibilidades de averiguação. O acesso à comunicação é um propulsor que leva a sociedade em direção à liberdade e uma condição indispensável para a construção da cidadania. De acordo com Christians (1986, p.116 apud Darde 2006), o jornalismo responsável do ponto de vista social deve ter como foco de trabalho a busca de justiça para os oprimidos, os excluídos da sociedade.

Para Patarra (1997, p.73, apud Darde 2006):

todo bom texto tem subjetivamente a responsabilidade social do jornalista. Seja qual for o assunto, a redação envolve um esforço em defesa da liberdade, da procura da verdade, da preocupação da justiça social, e pela persistência da memória.

É dever de todo jornalista publicar a informação mais correta possível e quando não dispuser de meios ou dados para tal, informar seu público leitor de que sua afirmação se trata de uma hipótese, de um fato ainda não confirmado. No caso da abordagem em relação à Aids no início dos anos 80, normalmente a imprensa não agia deste modo. Os avanços científicos, ainda em estágio inicial, e as descobertas acerca do vírus da Aids eram tidos como verdades absolutas, não como partes de um processo de investigação. Criavam, portanto, uma imagem distorcida da Aids, como uma doença que acomete somente homossexuais e que pode ser transmitida pelo simples contato social.

A imagem da Aids: dos jornais para a sociedade

A linguagem utilizada na produção de um texto noticioso, o uso de lugares-comuns, figuras de linguagem, estilo gramatical e escolha das fontes a serem consultadas contribuíram para a construção da inteligibilidade da Aids junto à população. Para Sousa (2000) embora não seja a única condicionante, a linguagem utilizada pelos jornalistas é a condicionante mais imediata para a produção de sentido de uma mensagem. A técnica jornalística, portanto, está não só a serviço da clareza do texto e compreensão da informação, mas também a serviço da cidadania já que interfere no modo como o público irá lidar diante de determinado assunto.

Como no início reproduziam quase que integralmente as notícias internacionais, os meios de comunicação brasileiros davam continuidade aos preconceitos e dúvidas que o resto do mundo dividia até então. O termo “grupo de risco”, criado para designar os grupos mais propensos a serem contaminados foi amplamente utilizado e seu significado – com a conivência de médicos, jornalistas e autoridades públicas – acabou se transformando. Fazer parte do grupo de risco, então, não significava estar mais vulnerável à contaminação pelo vírus HIV, mas estar condenado à contaminação. Nos Estados Unidos, inicialmente chegou-se a utilizar o termo “5H”, que agrupava Homossexuais, Hemofílicos, Haitianos, Heroinômanos (usuários de heroína injetável) e *Hookers* (prostitutas, em inglês), para designar os grupos atingidos pelo HIV. Homossexuais, prostitutas⁴, usuários de drogas e em menor proporção, hemofílicos foram automaticamente incluídos neste grupo e passaram a sofrer as conseqüências desta classificação.

A ciência, mesmo que não intencionalmente, foi responsável por fazer com que o estigma, preconceito e a discriminação marcassem a vida dos soropositivos e a história da Aids, já que inicialmente cientistas trabalharam com a idéia de que a Aids estava ligada a um tipo de comportamento sexual e não a troca de sêmen ou sangue.

Entende-se, porém, que a intenção da comunidade científica não era pregar o preconceito contra as pessoas incluídas nesse grupo. O equívoco foi causado pelo fato de os primeiros casos terem sido registrados em homossexuais e pela suposta teoria de

⁴ Segundo Carmen Lúcia Paz, do Núcleo de Estudos da Prostituição (RS), durante o III Congresso Brasileiro de Aids e o VII Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis, “prostituta” é o termo mais adequado para se referir a mulheres que recebem dinheiro para fazer sexo.

que a transmissão para o paciente zero⁵ teria acontecido a partir de relações sexuais com macacos contaminados.

A linguagem utilizada em notícias, portanto, pode atuar no sentido contrário às políticas de prevenção – já que os que não estavam incluídos no grupo de risco não se sentiam vulneráveis ao vírus HIV e não se preveniam adequadamente – e causava prejuízos aos que foram incluídos no grupo, mas não estavam contaminados. Porém, os maiores prejudicados pela falta de responsabilidade na produção e divulgação de notícias foram os portadores do vírus HIV.

Na década de 80, era comum encontrar em jornais, especialmente em manchetes de capa, metáforas como “câncer gay”, “praga rosa” e “mal dos homossexuais” para se referir a Aids. Travestidos de sinônimos, estes termos firmavam a idéia de que a doença acometia somente as pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo.

De acordo com Sontag (2007, p.90), todas as doenças cuja causa é obscura e que sejam de difícil tratamento, geralmente, são carregadas de significações. As metáforas antes utilizadas para se referir aos “males dos séculos”, como a Sífilis, o Câncer e em especial a Peste Negra foram, então, adaptadas a nova realidade: o advento da Aids.

Os cientistas e a população em geral acreditavam que o vírus se espalharia por todo o mundo, assim como aconteceu com a Peste, que surgiu na África. Portanto, de acordo com Sontag, a metáfora “peste” representa a visão pessimista predominante na sociedade em relação a Aids. Ainda segundo a autora, esta denominação utilizada para se referir a patologias que, além de enfraquecer e incapacitar seus doentes, o envergonham foi a principal metáfora para se tratar da Aids.

Como era previsível, em se tratando de uma doença ainda não inteiramente conhecida, além de extremamente resistente a tratamentos, o advento desta nova e terrível doença – nova ao menos enquanto epidemia – proporcionou uma excelente oportunidade para a metaforização da moléstia. (SONTAG, 2007, p.90)

É imprescindível que o jornalista esteja atento à escolha das palavras, termos e linguagem utilizadas, pois uma simples mensagem contida em uma notícia pode surtir efeitos negativos que demoram décadas para serem revertidos. A utilização de

⁵ Paciente zero seria o primeiro ser humano a ser contaminado pelo vírus HIV. No entanto, alguns autores tratam como paciente zero o primeiro a levar a doença dos países em desenvolvimento, no continente africano, para países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

metáforas, por exemplo, - embora o jornalista que as tenha utilizado não estivesse necessariamente mal intencionado – provocou inúmeros prejuízos aos portadores do HIV e às políticas de prevenção da Aids.

O Jornalismo faz uso do discurso persuasivo e de raciocínios da retórica clássica para convencer seu público da veracidade de determinados fatos e pontos de vista. A análise dos elementos que poderão criar este efeito persuasivo traduz-se na retórica clássica proposta por Aristóteles. Trata-se de uma série de raciocínios discursivos que constroem os mecanismos persuasivos do discurso. Citelli (2004) apresenta três raciocínios presentes na retórica clássica: o apodítico, dialético e retórico. O primeiro oferece uma verdade inquestionável, a argumentação é construída de modo que o receptor não duvide da verdade apresentada pelo emissor. Já o dialético oferece mais de uma conclusão possível, porém indica aquela considerada mais aceitável. O raciocínio retórico atua como o dialético, mas apela para o sentimentalismo para convencer o leitor.

O Jornalismo faz uso de todos esses raciocínios para atrair a atenção de seu público e persuadi-lo sobre a veracidade do que é apresentado. A retórica jornalística é referencial, utiliza a disposição do texto em terceira pessoa e os verbos no modo indicativo para garantir a impessoalidade e credibilidade do que é noticiado.

Ao incentivar seus leitores a encararem o texto de modo literal, sem abertura para interpretações próprias, o jornalista cria a ilusão da transparência, da objetividade e imparcialidade absoluta, inalcançáveis no Jornalismo. No início da cobertura da Aids pela mídia, a partir da escolha das fontes, de suas respectivas falas e da abordagem que seria dada ao tema, o Jornalismo impôs ao seu público uma única inteligibilidade da Aids, normalmente negativa.

“Justamente a estigmatização de pessoas e grupos infectados, estimulada pela construção de sentido da doença nos meios de comunicação, desempenhou papel fundamental para a disseminação do HIV/Aids na sociedade” (DARDE, 2006).

Abordagem da Aids pelo jornalismo goiano

A Aids desestruturou conceitos já estabelecidos, fez com que a sexualidade se tornasse tema de discussão nas mais diversas instituições sociais, reformulou políticas de saúde pública e mobilizou parte da sociedade em defesa dos soropositivos. A análise dos textos jornalísticos publicados pelo jornal “O Popular” entre os anos de

1983 – quando foi publicada a primeira notícia sobre Aids no veículo – e 1997 e durante todo o ano de 2007 evidencia o importante papel da imprensa na construção da imagem da Aids junto a sociedade.

Inicialmente as notícias publicadas não só em Goiás, mas pela mídia em geral, eram confusas, com muitos dados científicos, porém pouca informação que pudesse ser realmente utilizada pela sociedade. A primeira matéria publicada por “O Popular”, por exemplo, mostra como os jornalistas estavam despreparados para lidar com a nova doença. “Quem tem medo da Aids?”, de 1983, noticia um debate sobre Aids que, segundo o repórter, não havia despertado o interesse da comunidade médica, embora o tema estivesse presente na mídia. O repórter afirmava acreditar que a Aids estava recebendo atenção exagerada e desnecessária por parte da sociedade e ciência. Além do texto pouco esclarecedor, ainda vale notar que somente dois anos após a primeira notícia publicada no mundo – no jornal “The New York Times”, em 1981 – o jornal “O Popular” colocou a Aids em suas pautas.

Somente em 1987, o assunto ganhou espaço e aprofundamento correspondente ao clima que prevalecia na sociedade no que se refere à Aids⁶, com a publicação de seis matérias. A reportagem mais completa sobre o tema encontrada na primeira parte da pesquisa (1983-1997) e algumas das mais preocupantes do ponto da responsabilidade social do Jornalismo foram publicadas neste ano.

Em 1987, “O Popular” noticiou a prisão de três pessoas por serem portadoras do vírus da Aids. A notícia “Rapaz é preso sob a suspeita de Aids”, de 20 de janeiro, fala sobre a prisão de um boliviano residente em Pirenópolis (GO) após o mesmo ter afirmado que suspeitava ter sido contaminado pelo HIV. O delegado responsável pela prisão alegou que “a detenção se deu como forma de se tentar evitar o contato sexual do boliviano com outras pessoas e, conseqüentemente, impedir a disseminação da doença”. Em nenhum momento o fato foi questionado nem pelo jornalista nem pelas fontes consultadas – além do delegado, o odontólogo que denunciou o boliviano ao Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia, o superintendente da Polícia Federal em Goiás e uma médica do HDT.

Já a notícia “Preso em Caldas o aidético que fugiu do HDT”, de 9 de outubro de 1987, fala sobre a prisão de um portador do vírus HIV, devido a sua fuga do Pronto Socorro Psiquiátrico, em Goiânia. Ele foi denunciado por sua mãe que alegava que ele

⁶ Nos anos de 1983, 1984 e 1985 foram publicadas uma matéria por ano; em 1986 não houve matérias.

apresentava um comportamento “anormal, violento e até irresponsável”. O soropositivo estava internado no Hospital de Doenças Tropicais e só foi preso após a fuga. O repórter informa no fim do texto que posteriormente o paciente seria internado em uma clínica psiquiátrica. É possível perceber que o doente de Aids passou a ser considerado como um doente mental – possivelmente ele enfrentava o período difícil de aceitação da doença – e em momento algum sua internação ou prisão foram questionadas.

Ainda em 1987, a notícia “Mulher com Aids recebe tratamento especial no HDT”, de 26 de agosto, revela a prisão de uma soropositiva que estava presa em Minaçu, interior de Goiás, e foi levada para o Hospital de Doenças Tropicais, em Goiânia, por estar grávida. Entretanto, nesta notícia, o jornalista se preocupou em inserir a afirmação de um médico que se disse surpreso com a prisão desta mulher. “A solução para o seu problema não é a prisão, mas tem que ser global, pois faz parte de uma camada social que não tem amparo nem projeção social”, afirmou o infectologista. Esta notícia é um exemplo positivo de como o jornalista pode contestar ações que vão contra os direitos do cidadão. A simples inserção da fala do médico, contrária à prisão da soropositiva, já alertou para a inconstitucionalidade do fato.

Algumas matérias também demonstram o quanto o pânico criado em torno da Aids levava as pessoas a tomar precauções desnecessárias e até exageradas. “O vírus da transformação social”, publicada em 21 de agosto de 1987, é baseada em 50 entrevistas realizadas em São Paulo e Goiânia com pessoas de variadas faixas etárias e profissões. Os depoimentos demonstram a falta de informação presente na época, que levava as pessoas a se preocuparem com o que não era necessário e a não se importarem com o que era realmente imprescindível: o uso do preservativo. “Acho que se for pra gente pegar alguma coisa, não vai ser a camisinha que vai evitar”, afirma um dos entrevistados.

A fala de outro homem mostra como os mitos em relação à forma de contágio do vírus HIV ainda estavam presentes no imaginário da sociedade. “Tenho medo de pegar a doença por aí. No banheiro ou mesmo no ônibus, você sabe, se uma pessoa levanta e você logo se senta, o banco está quente. Não sento logo, não”, afirma um faxineiro de 36 anos.

A idéia de que copos, pratos, piscinas ou apertos de mão possam transmitir o vírus HIV é forte ainda hoje, vinte e um anos depois desta reportagem, e faz com que o soropositivo seja tratado como um doente que deve ser mantido em quarentena, do qual não se deve aproximar, muito menos tocar.

É importante notar que mesmo com tantos depoimentos desfavoráveis ao uso do preservativo – e até um em que a Aids é considerada um “castigo de Deus para as pessoas que fazem sexo por simples prazer” – o jornalista responsável pela matéria não se preocupou em apresentar idéias contrárias em sua reportagem, como da necessidade do uso do preservativo e das reais formas de contágio do vírus HIV. Atuou, portanto, contra as políticas de prevenção já existentes, além de contribuir para o fortalecimento do preconceito contra os soropositivos.

Entretanto, ainda em 1987, encontramos o melhor exemplo de como a escolha das fontes, da linguagem e da estrutura de uma reportagem pode contribuir de forma favorável para a luta contra a Aids e a discriminação. Trata-se de uma entrevista estilo ping-pong⁷ com o sociólogo, ativista e soropositivo⁸, Herbert de Souza, o Betinho. As perguntas da matéria “Aids – um problema social”, de 30 de maio, referem-se à opinião do ativista sobre diversos assuntos relacionados à doença, mas também esclarece dúvidas ainda presentes na sociedade.

A sua opinião sobre a utilização do termo “grupo de risco”, por exemplo, evidenciou a forte carga negativa do conceito. Para ele, tratava-se de “um mecanismo muito forte de discriminação. Quando se diz que um hemofílico faz parte dele está transmitindo, de alguma forma, à população que a hemofilia é perigosa, quando o risco não está nela, mas na Aids. A mesma coisa acontece com os homossexuais. Ora, a Aids é um vírus, não um princípio moral, doença transmitida fundamentalmente através da relação sexual e do sangue”. A reportagem ainda conta com um box explicativo para responder dúvidas comuns sobre a doença, como “pega-se Aids num aperto de mão?”, “a doença pode ser adquirida em piscinas?” ou “a mulher pode ser contaminada e transmitir a doença através de relações sexuais?”.

Hebert de Souza foi a fonte ideal para ser consultada em um período em que a sociedade estava em pânico devido ao crescimento do número de casos de Aids. Por ser um sociólogo ou e por ter se tornado um ativista logo que se descobriu portador do vírus HIV, Betinho foi sensato e claro ao responder as perguntas e, assim como o jornalista responsável pela entrevista e o jornal que a publicou, prestaram um importante serviço à população.

⁷ A entrevista é composta por uma série de perguntas seguidas de respostas. O jornalista utiliza a fala do entrevistado na íntegra, sem alterá-la.

⁸ Hemofílico, ele contraiu o vírus durante uma transfusão de sangue.

A evolução na forma de abordar a Aids, porém, não foi linear. Mesmo após publicar matérias positivas como a citada acima, “O Popular” voltou a publicar notícias e reportagens que iam contra o que se tentava esclarecer sobre prevenção e discriminação de soropositivos. A reportagem “Alerta Geral”, por exemplo, de 30 de abril de 1988, evidencia o preconceito e a desinformação consentida no meio médico e jornalístico, já que o resultado final da matéria é de responsabilidade daquele que a escreve ou edita. O repórter consultou cinco médicos para falar sobre a Aids, que segundo ele, ganhava formas de uma “pânico-epidemia”. Já no primeiro parágrafo do texto, o jornalista é alarmista: “A situação não é simplesmente preocupante. Um grande número de hematologistas, em todo o mundo, não hesita em afirmar, e de forma bem categórica, que ela [a Aids] é uma ameaça muito maior que a bomba atômica ou qualquer outra fissão nuclear dos tempos contemporâneos”. A matéria está repleta de frases preconceituosas e contrárias à prevenção por parte dos médicos entrevistados.

No ponto de vista do hematologista Edmo Pinheiro, as relações sexuais e o uso de drogas injetáveis são as maiores preocupações e as campanhas que estimulam o uso de preservativos não estão a par da realidade do problema. “Elas concordam com a promiscuidade e isto não pode acontecer”, ele rebate explicando que para evitar a doença, a única saída é a redução máxima do número de parceiros. “Temos que encontrar uma solução para controlar as relações homossexuais”, completa o médico.

Embora o jornalista advirta para a inexistência dos grupos de riscos, isto é, os homossexuais não são os únicos que podem ser contaminados pelo vírus da Aids, ele insere uma fala de um médico que o contradiz e ainda cita a homossexualidade como uma das causas da Aids. Estes profissionais da saúde possuem credibilidade junto à sociedade e raramente suas afirmações são contestadas, portanto, o que é dito por um médico, normalmente, é tido como verdade imediata e absoluta.

O repórter ainda insere no texto a fala de um imunologista norte-americano chamado Goedert – que não foi entrevistado para a matéria –, na qual ele afirma que “só está total e seguramente livre da contaminação do HIV a pessoa que se mantiver na completa abstinência sexual” e complementa que “o único ato sexual seguro é a masturbação”.

É importante lembrar que inicialmente as campanhas governamentais também pregavam a abstinência sexual como forma de tornar impossível – desconsiderando o fato de que a Aids pode ser transmitida por transfusão sanguínea – a infecção pelo vírus HIV, como informa o próprio Ministério da Saúde. Entretanto, na

época em que foi publicada a matéria, já se sabia sobre a necessidade do uso do preservativo, que possibilita o ato sexual seguro, e isso não é citado no texto.

De forma geral, os textos do período 1983-1997 coletados para esta pesquisa demonstram como o Jornalismo evoluiu na forma de tratar a Aids. Inicialmente os textos eram confusos e pouco informavam a população. Havia muito preconceito e sensacionalismo na forma de tratar a doença e os soropositivos raramente eram consultados como fontes para matérias jornalísticas. Isso prejudicava a compreensão do que era divulgado pela ciência, já que tornava os dados frios e pouco humanos. Foram 14 anos de erros, acertos e aprendizado para os jornalistas que ainda hoje tem de lidar com este tema.

A Aids duas décadas depois

Durante os anos 80, o caminho percorrido pela imprensa ao tratar da Aids deu passos lentos em direção ao que seria considerado como Jornalismo responsável. Muitas vezes, veículos de comunicação escolhiam a vendagem de exemplares em detrimento de sua responsabilidade social. Hansen (2004, p. 32) afirma: “No início as notícias pareciam ser exageradas na mídia, e talvez até o fossem, porque não se sabia nada ao certo sobre o que estava ocorrendo de tão dramático no mundo e o que viria a seguida”.

Embora tenha cometido erros ao longo destes 27 anos de Aids no mundo, a mídia foi essencial para a inteligibilidade da doença junto à sociedade. De fato, para a antropóloga Galvão (2005), a imprensa foi uma das primeiras respostas à Aids no país. Com os meios de comunicação, a doença ganhou dimensão pública e deixou de ser assunto de interesse somente da comunidade científica e médica. Os meios de comunicação e a sociedade civil organizada foram responsáveis por mostrar que a Aids representava mais que uma questão patológica, mas também social, cultural, econômica e política.

Fausto Neto (1997) afirma que a Aids é uma doença da atualidade midiática. Por atender a critérios de noticiabilidade e devido ao assunto ser de certa forma ainda novo – já que constantemente são feitas descobertas sobre a Aids – é de interesse dos veículos de comunicação publicar matérias sobre a doença periodicamente. Mesmo obedecendo as suas regras como empresas privadas, desde o início da cobertura da Aids, eles agem no sentido de que ela permaneça como uma questão pública. De fato, a

imprensa foi responsável por fazer com que o HIV se tornasse tema de discussão nas escolas, em família, entre amigos e inclusive no meio político.

Ao longo destes mais de 20 anos desde a descoberta do vírus HIV, a imprensa e a sociedade evoluíram de forma mútua, uma influenciando a outra na forma como a Aids seria tratada. O jornal “O Popular”, de acordo com a análise da segunda parte desta pesquisa (2007), assim como a imprensa nacional e mundial apresentou um avanço gradual, mas significativo na forma de abordar este tema. O soropositivo tornou-se fonte mais constante nas matérias jornalísticas e também uma forma de tornar os índices de contaminação mais humanos e próximos dos leitores. Esta utilização, entretanto, deve ser cautelosa, pois a situação de incerteza em que vivem os soropositivos, as dificuldades biológicas e sociais que enfrentam e o misto de estranhamento e fascínio que representa a vida do soropositivo para a sociedade os tornam protagonistas perfeitos para reportagens sensacionalistas.

De modo a seguir seus princípios éticos, cabe ao jornalista, então, saber contar as histórias destes HIV positivos de forma humana, solidária e, ainda assim, sem dramatizá-la de forma excessiva. O soropositivo mais presta um serviço ao jornalismo quando se propõe a contar sua história do que o contrário. Deve-se, portanto, respeitá-lo como um ser humano e também como uma fonte que dispõe de seu tempo para contar uma história importante tanto para o veículo de comunicação quanto para a sociedade.

Segundo Roseli Tardelli⁹, jornalista e editora executiva da Agência de Notícias da Aids¹⁰, é possível utilizar o soropositivo como fonte sem explorar sua condição se for mostrado o lado produtivo daquele que vive com o HIV. Ela argumenta que todo ser humano possui um lado saudável e um doente e assim também é quando se trata de alguém que vive com Aids. É possível mostrar o lado negativo, os obstáculos que ainda se fazem presentes, mas também o positivo, como a melhora da qualidade de vida do portador do HIV. O preconceito, assunto constantemente abordado pelo Jornalismo desde o início da década de 80, recebe atualmente um enfoque menos sensacionalista e mais real, graças aos relatos de soropositivos.

Atualmente é comum que jornalistas utilizem informações científicas ou dados epidemiológicos como base para matérias de contexto mais social. Já nos anos 80 e 90, eram poucas as matérias que possuíam tal nível de aprofundamento. Normalmente

⁹ Foi protagonista, junto de seu irmão soropositivo, na luta para que os planos de saúde privados cobrissem as despesas médicas dos portadores do vírus HIV. Entrevistada durante o III Congresso Brasileiro de Aids e o VII Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

¹⁰ Site de notícias especializado em Aids, disponível no endereço: <http://www.agenciaaids.com.br>

o jornal noticiava apenas a descoberta ou dados sem tentar transformar os números em casos reais.

Um exemplo desta mudança é a reportagem “Aids – Faltam remédio e kit de exame”, de 25 de março de 2007, que utilizou relatos de soropositivos para ressaltar a gravidade que representava a falta de remédios para os pacientes em tratamento no Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia e a falta de kits para exames de carga viral, essencial para o controle da doença. Utilizou-se como fonte uma soropositiva e, a partir de sua fala, abordou-se também o preconceito contra o portador do HIV e as dificuldades enfrentadas no tratamento contra a Aids.

Em “Idoso redescobre o sexo, mas se expõe à Aids”, de 26 de agosto de 2007, a jornalista utilizou o crescimento do percentual de idosos com Aids para fazer uma análise aprofundada sobre o sexo após os 50 anos. Ela se preocupou em procurar especialistas para explicar o aumento do número de casos de contaminação e utilizou depoimentos de quatro soropositivos desta faixa etária como forma de exemplificar os dados apresentados na matéria. A total parcialidade muitas vezes verificada na primeira parte da pesquisa (1983-1997) se faz cada vez menos evidente nas matérias atuais. Neste caso, a reportagem apresentou a ação governamental para controlar o índice de idosos contaminados pelo HIV e a insatisfação de organizações civis, que alegavam que o governo havia demorado em se atentar ao problema.

Entretanto, embora tenha se sido verificado um avanço considerável na forma como “O Popular” trata a Aids, o jornal cometeu um grave erro: abandonou o tema prevenção. Nenhuma das matérias coletadas em 2007, tanto de agências de notícias quanto produzidas por jornalistas do próprio veículo, lembrou os leitores sobre as formas de evitar a contaminação pelo vírus da Aids. O assunto só foi discretamente mencionado em “Circuncisão reduz o risco de contrair Aids”, de 4 de março de 2007, na qual a repórter ressaltou que o preservativo deveria continuar sendo utilizado em relações sexuais mesmo que a ciência comprovasse a eficácia da circuncisão como forma de prevenção. Segundo a jornalista Roseli Tardelli, a prevenção como tema não pode ser abandonada pelos veículos de comunicação e pode ser inserida em todas as matérias que falem sobre a Aids. Novas gerações chegam à fase sexual a cada ano e é importante que a mídia cumpra seu papel – dividido entre a escola, família, amigos e religião – de informar este público.

O HIV ainda pode ser considerado um vírus novo, o qual a ciência ainda tenta desvendar e que causa o sofrimento social e biológico de inúmeras pessoas. A

Aids não está controlada, o número de casos de contaminação em todo o mundo ainda são alarmantes. Deve-se, portanto, procurar novas formas para se falar de uma doença que há 27 anos assusta a sociedade, inseri-la nas mais diversas editoriais do jornal, abordá-la sobre diferentes pontos de vista e incentivar o leitor a discutir o tema em suas relações sociais.

Como afirma Traquina (2005), o Jornalismo é um serviço público, no qual as notícias servem de alimento para que os cidadãos exijam e exerçam seus direitos democráticos. É função do Jornalismo fiscalizar o respeito aos direitos humanos e à cidadania e o comprometimento das empresas jornalísticas e dos comunicadores sociais é essencial para isso. A atuação do Jornalismo neste sentido será necessária até que finalmente descubra-se a cura da Aids e até que os portadores do HIV não mais sofram com o preconceito, o estigma e a discriminação.

Bibliografia

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. Editora Ática, São Paulo, 2004.

DARDE, Vicente William da Silva. **As vozes da Aids na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de São Paulo e o Globo**, 2006. Dissertação de Mestrado

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia imprensa: estudo sobre a Aids**. São Paulo:hacker, 1999.

GALVÃO, JANE. **Betinho: celebração da vida**. Disponível em http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7BB8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174%7D/%7BE2FD364A-3535-4A85-B67E-39E81B1A3BF7%7D/artigo_betinho.pdf. Acesso em 3 de mai 2008, 22:00

HANSEN, João Henrique. **Como entender a saúde na comunicação?** Ed. Paulus, 2004.

RAMOS, Murilo César. **Por Políticas Democráticas de Comunicação**. Contribuição ao ideário de reconstituição do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Brasília, fevereiro de 2001.

SONTAG, Suzan. **Doença como metáfora: Aids e suas metáforas**. São Paulo:Companhia das Letras, 2007

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são.
Florianópolis:insular, 2005.